

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNDB
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

GEÍSA INGRID DA SILVA SANTOS

MAIS LAR, MENOS INSTITUIÇÃO: elaboração do projeto arquitetônico de um abrigo
para crianças e adolescentes no Município de Paço do Lumiar–MA

São Luís

2020

GEÍSA INGRID DA SILVA SANTOS

MAIS LAR, MENOS INSTITUIÇÃO: elaboração do projeto arquitetônico de um abrigo
para crianças e adolescentes no Município de Paço do Lumiar–MA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNDB
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Ma. Raíssa Muniz Pinto

São Luís

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro Universitário - UNDB / Biblioteca

Santos, Geísa Ingrid da Silva

Mais lar, menos instituição: elaboração do projeto arquitetônico de um abrigo para crianças e adolescentes no município de Paço do Lumiar. / Geísa Ingrid da Silva Santos __ São Luís, 2020.

56 f.

Orientadora: Profa. Ma. Raíssa Muniz Pinto

Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2020.

1. Projeto arquitetônico. 2. Abrigo. 3. Casa de acolhimento - Crianças e adolescentes. I. Título.

CDU 72.012.1-053.2/.6(812.1)

MAIS LAR, MENOS INSTITUIÇÃO: elaboração do projeto arquitetônico de um abrigo
para crianças e adolescentes no Município de Paço do Lumiar–MA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNDB
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Ma. Raíssa Muniz Pinto

Aprovada em __/__/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. ^a Ma. Raissa Muniz Pinto (Orientadora)
Centro Universitário UNDB

Examinador 1

Examinador 2

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por sua infinita misericórdia em minha vida e por ser o meu refúgio e a minha fortaleza.

À minha família, em especial minha mãe, minha eterna gratidão por todo o amor e cuidado que sempre teve comigo, meu exemplo de força e determinação.

Ao meu irmão Erickson Brendon, por ter me ajudado tantas vezes e ter sido paciente comigo nos dias mais turbulentos dessa jornada.

Ao meu amigo Sávio Rocha, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e incentivando.

À minha amiga Karol Campos, pelo apoio e dedicação quando eu mais precisei.

À minha orientadora Raíssa Muniz Pinto, por todo apoio e paciência durante a elaboração desta monografia.

Agradeço, também, aos amigos que conquistei durante esses anos, cujo convívio e descontração diária proporcionaram-me uma experiência única.

“Todas as pessoas grandes foram um dia crianças, mas poucas se lembram disso”.

O Pequeno Príncipe.

RESUMO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com seus direitos ameaçados devido a qualquer negligência, mau trato ou em virtude de sua própria conduta. Em 1990, foi promulgado a Lei nº 8.069, que assegura os direitos de todas as crianças e adolescentes, tornando constante os avanços para garantir que as crianças e adolescentes em situação de risco, maus tratos e abandono, condições de vida digna, assim, como qualquer outro cidadão. Este trabalho tem como objetivo geral explicar referências significantes ao que diz respeito à crianças e adolescentes, em busca de projetar uma proposta de casa de acolhimento, com enfoque no bem estar para acolhe-los, no bairro do Maiobão, na cidade de Paço do Lumiar/MA.

Palavras-chave: Abrigo. Crianças. Acolhimento. Arquitetura. Adolescentes.

ABSTRACT

According to the Child and Adolescent Statute (ECA) with their rights threatened due to any negligence, mistreatment or due to their own conduct. In 1990, Law No. 8,069 was enacted, which ensures the rights of all children and adolescents, making constant progress to ensure that children and adolescents at risk, abuse and abandonment, dignified living conditions, as well as any other citizen..This work has the general objective of explaining significant references to what concerns children and adolescents, in search of designing a proposal for a foster home, with a focus on well-being to welcome them, in the Maiobão neighborhood, in the city of Paço do Lumiar /MA.

Keywords: Shelter. Children. Reception. Architecture. Teens.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Fachada Casa De Acolhimento Para Menores – Dinamarca	29
Figura 02- Estudo de formas	30
Figura 03- Orfanato em Amsterdam.....	31
Figura 04- Fazenda Canuanã	32
Figura 05- Esquematização Brasil–MA–Paço do Lumiar – Maiobão.....	34
Figura 06- Localização de Terreno.....	34
Figura 07- Diretrizes construtivas da Zona Urbana Básica.....	35
Figura 08- Diretrizes construtivas da Zona Urbana Básica.....	36
Figura 09- Localização do terreno - Vias	36
Figura 10- Levantamento Fotográfico da Vizinhança.....	37
Figura 11- Fluxograma	40
Figura 12- Estudo bioclimático	41
Figura 13- Estudo de mancha	42
Figura 14- Implantação.....	43
Figura 15- Layout	45
Figura 16- Corte	46
Figura 17- Perspectiva – fachada principal	47
Figura 18- Casa Lar - perspectivas	48
Figura 19- Redário.....	49
Figura 20- Administrativo	49
Figura 21- Cobertura	50
Figura 22- Redário – Jardim.....	51
Figura 23- Quarto Criança.....	51
Figura 24 Quarto Adolescentes.....	52
Figura 25- Fachada Humanizada.....	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ABRIGO:UMA FORMA DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	12
2.1	O desenvolvimento da criança	12
2.2	O ECA em defesa da criança e adolescente	13
2.3	Abrigo e suas especificações	15
3	A INFLUÊNCIA ARQUITETÔNICA DOS ABRIGOS NO COMPORTAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	20
3.1	A relação da pessoa e o ambiente	21
3.2	A arquitetura ambiental e a visão da criança	23
4	ANÁLISE DE SIMILARES	29
4.1	Casa de Acolhimento para menores/ Cebrá - Dinamarca	29
4.2	Orfanato em Amsterdam	31
4.3	Fazenda Canuanã	32
4.4	Maison D'accueil de L'enfance Eleanor Roosevelt	33
5	PROJETO	33
5.1	Local de estudo	33
5.2	Levantamento Fotográfico	37
6	A CONCEPÇÃO DO PROJETO	37
6.1	Programa de necessidade	38
6.2	Fluxograma	39
7	DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	40
7.1	Bioclimático	40
7.2	Manchas/ Setorização	41
8	MEMORIAL JUSTIFICATIVO DO PROJETO	42
8.1	Descrição Geral da Edificação	42
8.1.1	Implantação	43
8.1.2	Edificação	44
8.1.3	Cobertura	50
9	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordaremos o tema sobre a proposta de arquitetura com enfoque no bem estar de uma Casa de Acolhimento para a cidade de Paço do Lumiar/MA. Em meados de 1990, as instituições que assumiam a responsabilidade sobre crianças e adolescentes (que estava impossibilitada por algum motivo de conviver com suas famílias), eram denominadas por internatos ou orfanatos. Neste mesmo ano foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criando uma visão diferente à estas crianças e adolescentes em circunstância vulnerável, baseada em zelo e tendo seus direitos assegurados.

Na cidade de Paço do Lumiar, existem poucas instituições de acolhimento, diante da demanda existente, dessa maneira tem-se como objetivo elaborar projeto arquitetônico de casa acolhimento que atenderá mais crianças e adolescentes que necessitam de cuidados. Sendo assim, esses cidadãos terão seus direitos assegurados e cuidados dignos. Muitas dessas crianças por vez, não residem mais em casas de familiares e acabam por viverem nas ruas, às vezes, chegam a entrar no mundo do crime e assim aniquilando o direito de segurança da sociedade ao qual faz parte.

Foram identificados 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua. Pesquisa realizada pela CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), com amostra de 75 cidades com mais de 300 mil habitantes, verificou-se que deste 71,8% crianças e adolescentes do sexo masculino e 45,13% na faixa etária de 12 a 15 anos. Nessa pesquisa foi indicado a pobreza, como um dos principais fatores que contribuem para a situação de rua. O estudo evidencia a necessidade de aprimorar as políticas públicas existentes e criar novas estratégias que proporcionem melhores condições de vida, assegurando assim, seus direitos (Art. 227, da Constituição Brasileira, que diz respeito ao Estatuto da criança e do adolescente).

Crianças e adolescentes em situações de abandono, maus tratos, estão vulneráveis a gerar mais sofrimento como forma de defesa e criando assim sua própria justiça. De acordo com Catherine Taylor, líder do grupo da Universidade de Duke, ao sofrer danos psicológicos ou físicos (fortemente) na infância, em pelo menos 2 vezes ao mês, a probabilidade que ela se torne agressiva é de 50%. Infelizmente, existem inúmeras formas de maus tratos e abandono em que uma criança e adolescentes, estão propícios sofrer em uma família disfuncionais (com comportamentos inadequados).

Com a promulgação do ECA, crianças e adolescentes têm seus direitos reconhecidos e o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Art. 101). Assegurou ainda que a busca

pela família substituta, é excepcional, prioritariamente à família de origem, e ressaltou que a pobreza não constitui motivo para afastamento da criança e adolescente, da família de origem (Art. 23).

A abordagem do bem estar dos acolhidos visa um ambiente acolhedor. A partir deste princípio, será proposto o projeto preliminar para uma casa de acolhimento em São Luís - MA.

De acordo com os estudos elaborados para o desenvolvimento do atual projeto, para a casa de acolhimento para crianças e adolescentes desabrigados, vítimas de maus tratos e abandono, tendo como propósito determinar parâmetros e diretrizes na concepção de uma instituição que visa oferecer assistência psicológica, abrigo, e com o entorno, fornecendo um ambiente familiar à crianças e adolescentes em situação de rua.

A presente proposta tem a intenção de transmitir aos acolhidos a sensação de conforto, segurança e pertencimento, buscando superar os traumas sofrido por estes, ao chegarem na instituição. O Estatuto da Criança e Adolescente rege que a instituição não privatize ao acolhido o vínculo com a comunidade, dessa maneira, tornar-se imprescindível que o projeto seja implantado em uma zona residencial, proporcionando uma maior integração com a comunidade local.

2 ABRIGO: UMA FORMA DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2.1 O desenvolvimento da criança

Os cientistas do desenvolvimento reconhecem que o desenvolvimento humano é um processo que dura a vida toda, desencadeando o ciclo da vida. Podendo ser distinguida em três principais domínios, ou aspectos do eu: físico, cognitivo e psicossocial. O crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais, as habilidades motoras e a saúde fazem parte do desenvolvimento físico. Aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento e criatividade compõem o desenvolvimento cognitivo. Emoções, personalidade e relações sociais são aspectos do desenvolvimento psicossocial. Ressaltando que todos estão inter-relacionados, cada aspecto afeta o outro (PAPALIA, 2013).

Embora os contextos de suas vidas tenham origem na hereditariedade, como características dos traços dos pais biológicos, também deve-se levar em consideração os diversos fatores ambientais ou experienciais que afetam o desenvolvimento, especialmente contextos importantes como: família, vizinhança, nível socioeconômico, raça e cultura. Contudo, vale ressaltar a interação entre a hereditariedade e o ambiente externo, o mundo que está de fora do eu, e que começa no útero.

As experiências dos três primeiros anos formam a base do desenvolvimento futuro. Por isso a importância de ambos estarem andando juntos. Embora a maioria dos pais sejam amorosos e atenciosos, outros deliberadamente lhe causam danos, pondo a criança em risco. As consequências dos maus tratos podem ser físicas, emocionais, cognitivas e sociais, e esses tipos de consequência geralmente estão inter-relacionados (PAPALIA, 2013). As crianças pequenas simplesmente se lembram de eventos que lhe causam uma impressão muito forte (PAPALIA, 2013). Um pesquisador diferenciou três tipos de memória infantil que servem a três funções diferentes: genérica, episódica e autobiográfica (NELSON, 1993).

A memória genérica, se dá por volta dos 2 anos de idade, produz um “roteiro” ou esboço geral de um evento familiar, ajudando a criança a saber o que pode esperar da situação. A memória episódica se refere à consciência de ter experimentado um evento em particular em um tempo e lugar específico, sendo memórias temporárias. A memória autobiográfica, é um tipo de memória episódica, refere-se a memórias de experiências características que formam a história de vida de uma pessoa. Filtrando apenas o que tem algum significado para criança (PAPALIA, 2013).

2.2 O ECA em defesa da criança e adolescente

Antes da validação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as instituições existentes para abrigamento de crianças e adolescentes eram os antigos orfanatos, ou colégios internos, amparadas pelo Código do Menor. Ao longo de tempos, essas instituições se deram como lugares de abandono, atuando como grandes instituições estremado do meio social. Nelas, as crianças e adolescentes permaneciam até completar 18 anos, não existindo nenhuma atividade que assegurasse a convivência familiar e comunitária.

Entretanto, em 1990 a lei nº 8.069 mais importante, quando se trata de direitos das crianças e adolescentes, garantindo as mesmas, proteção integral, reforçando a ideia de “prioridade absoluta”, foi posta em vigor, determinando questões, como os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes; as sanções, quando há o cometimento de ato infracional; quais órgãos devem prestar assistência; e tipos de crimes contra criança.

A Constituição Federal estabeleceu a família, a sociedade e o Estado como responsáveis pela formação e estruturação dos indivíduos, conforme dispõe o artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com isso, a importância do ECA se dá justamente por reafirmar a proteção de indivíduos que estão em fase de desenvolvimento moral, psicológico, físico e social. E por assegurar a criação de órgãos complementares que visam garantir o cumprimento de suas diretrizes. A rigor, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu art. 131:

Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Conforme decreta o artigo 131 do Estatuto, o Conselho Tutelar é o órgão permanente e não jurisdicional, não podendo ser extinto, no qual, possui o dever de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Embora não tenha poder para cumprir determinações legais ou punir quem as infrinja, o Conselho Tutelar tem autonomia na execução de suas atribuições, que vão desde o aconselhamento de responsáveis e professores, até a requisição de serviços públicos e o encaminhamento ao Ministério Público de qualquer notícia

de infração contra os direitos da criança e do adolescente, tais como violências psicológica, física e sexual, negligência e abandono.

São atribuições do Conselho Tutelar: atender e aconselhar os pais ou responsável; promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações; encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; expedir notificações; requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário; assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos; representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

Deste modo, a implementação de Conselhos Tutelares nos municípios tem forte contribuição para que tais diretrizes de preservação dos direitos da criança e adolescentes sejam eficazes.

É estabelecido, através do ECA que deve ser realizado atendimentos em instituições em pequenos grupos e de forma individual, com características familiares. Uma importante observação é que de acordo com o Estatuto a convivência familiar é um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, reforçando que as políticas devem objetivar o fortalecimento dos vínculos com a família de origem. Então, com a priorização da convivência familiar, o ECA constitui políticas de atendimento articuladas, garantindo assim que toda criança seja criada em sua família, e, em família substituta. De tal modo, no Art. 101 do Eca constitui essas medidas, e cabe ao Conselho Tutelar que tais medidas sejam devidamente aplicadas. Contudo, em alguns casos, é previsto que haja abrigo de crianças de forma transitória, para que, depois, a mesma seja colocada em uma família substituta (ADRIÃO, 2013).

Esta é a realidade milhares de crianças e adolescentes no Brasil, mesmo com a prioridade de manter a criança com sua família, ou indo para abrigos sendo provisório. “Dizer que ‘o abrigo não deve existir’ com ele existindo, cada vez mais cheio de crianças, é algo temeroso e perverso, pois o coloca num lugar de abandono – sem saída, impedindo sua transformação e impossibilitando o surgimento de um novo modelo de atendimento” (GULASSA, 2010).

Contudo, uma das medidas de acolhimento das crianças e adolescentes em situação de indefesa social é institucionalização. Tal medida consiste em diferentes ambientes com

serviços próprios para acolher de forma efetiva os menores, de acordo com cada necessidade deles, proporcionando assim, maior qualidade de vida no tempo permanecido.

2.3 Abrigos e suas especificações

Uma realidade a ser enfrentada pela sociedade em geral é a realidade de crianças e adolescente em situação de risco e vulnerabilidade. Os maus tratos, a vulnerabilidade, negligência, o abandono, a prostituição de crianças, exploração do trabalho infantil tracejam um quadro sombrio, no qual uma grande parcela da população mundial se insere (VECTORE; CARVALHO, 2008).

Alguns dados coletados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (2008) dizem que o Brasil possui a maior população infantil com até 6 anos das américas, representando assim 11% da população brasileira, entretanto, a maior parcela das crianças brasileiras na primeira infância se encontra em estado de pobreza.

Historicamente, o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescente, mais conhecido como abrigos, tem suas ações de filantropia e caridade, vinculadas a instituições religiosas, e ao assistencialismo clientelista, colocando o usuário do programa na condição de favorecido, e não de cidadão, com direito ao uso do serviço público. Essa lógica utilizada pelas instituições impedia de assegurar e garantir o uso de um conjunto de direitos para crianças e adolescentes (ADRIÃO, 2013).

Uma análise simples é atribuir à pobreza a responsabilidade pela realidade perversa enfrentada pelas milhares de crianças e suas famílias, apesar de que Panúncio (2004) aponta que, de acordo com a história no decorrer do tempo, mostre que as condições das crianças brasileiras em situação de risco são resultado do desenvolvimento negligente, do ponto de vista social, envolvendo casos de vários tipos de violência sofrida pela criança, seja ela física, sexual ou psicológica (MAIA; WILLIAMS, 2005).

Para Marcílio (1997), desde o período colonial, existe negligência do poder público ao fazer o acolhimento de crianças abandonadas, relata a falta de instituições especiais de acolhimento e proteção às crianças, que, muitas vezes, são abandonadas e deixadas à mercê da própria sorte. Nesse período, o acolhimento se devia ou por uma espécie de investimento futuro ou por questão de caridade, onde a criança seria um empregado, sem grandes custos.

Em 1726, os portugueses trouxeram ao Brasil, um modelo de assistência religiosa, com origem italiana, conhecida como “roda dos enjeitados” ou “roda dos expostos”, que por 224 anos serviu de modelo, mesclando a filantropia e a caridade. Foi uma das principais

entidades que teve o intuito de proteger as crianças abandonadas do país, indo desde o período colonial, atravessando a época do Império e ainda utilizada por uma parte do período da República, sendo extinta apenas em 1950, no século XX (VECTORE; CARVALHO, 2008).

Apenas em 1988, a Constituição Federal se configurou como um importante marco legal para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros que, tendo como base as normativas internacionais, reconduziu o olhar do poder público e da sociedade para este segmento populacional que passa a ser percebido a partir de dois aspectos: o interesse prioritário da criança e do adolescente; e o reconhecimento, à criança e ao adolescente, do direito de expressar-se à medida que vão crescendo em idade e em maturidade, sobre o modo como se aplicam os seus direitos na prática, estabelecendo o interesse maior de todos pela infância e juventude (ADRIÃO, 2013).

Garantir direitos para crianças e adolescentes requer um investimento maciço em políticas públicas interdisciplinares e multisetoriais que respondam satisfatoriamente e adequadamente as demandas e necessidades da população (ADRIÃO, 2013).

A institucionalização da criança em um abrigo é multifatorial, segundo o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2003), com os motivos principais, as condições de pobreza, o que descaracteriza o abrigo enquanto lugar temporário: o uso de álcool e entorpecentes por pais/responsáveis, violência doméstica, crianças órfãs, moradoras de rua, abuso sexual praticado por familiares e cárcere dos pais ou responsáveis. A pobreza é o principal motivo de institucionalização, de 20 mil crianças e adolescentes que são abrigados, 78% deles tem como único lugar de moradia o abrigo. Esses dados são, ainda, hipotéticos, tendo em vista que, o IPEA fez uma avaliação dos abrigos públicos, e que não permite conhecer o funcionamento dos abrigos particulares do país.

O governo, nas últimas décadas, tem priorizado alguns programas e conseguido melhorias no quadro referente a infância, como a erradicação do trabalho infantil, redução da mortalidade infantil e a ampliação e qualificação do ensino fundamental. No entanto, ao que se refere à política de assistência social dirigida a crianças e adolescentes, existem muitos desafios a serem enfrentados, e, um deles é o acolhimento institucional (ADRIÃO, 2013).

A provisão de serviços de acolhimento institucional é uma medida de proteção utilizada quando crianças e adolescentes se encontram em situação de grave risco onde tiveram seus direitos violados e afetam sua integridade física e psíquica. Segundo o ECA, esta medida só pode ser aplicada em caráter excepcional e provisório, visto que é direito fundamental de toda criança e adolescente conviver em família e em comunidade (ADRIÃO, 2013).

O acolhimento institucional (ou programas de acolhimento) pode ser oferecido em diversas modalidades e gerido por diferentes instituições governamentais ou não, tais como: abrigo institucional; casalar ou casa de passagem (ADRIÃO, 2013).

Segundo o documento Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), a definição de abrigo institucional é: Serviço que oferece cuidado, acolhimento e espaço de desenvolvimento para grupo de crianças e adolescentes que se encontram em abandono ou quando suas famílias/responsáveis se encontram impossibilitados temporariamente de cumprir a função de proteção e cuidado. É oferecido condições institucionais e atendimento especializado para o acolhimento em padrões de dignidade, como moradia provisória até que seja possível o retorno às suas famílias de origem ou, quando não se há essa possibilidade, o encaminhamento para uma família substitua.”

De acordo com o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Situação Mundial da Infância (2008), tem como reconhecimento a pobreza das famílias brasileiras como o principal motivo de abrigamento infantil, evidenciando que no país cerca de “11,5 milhões de crianças ou 56% das crianças brasileiras de até 6 anos de idade vivem em famílias cuja renda mensal está baixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita por mês” (UNICEF, 2008, p. 8), o que parece indicar uma tendência contínua para futuras institucionalizações.

Para Vicente (1999), a criança submetida à proteção do abrigo por algum tempo tem sua história pessoal “suspensa”, caso esse que leva Dorian (2003, p. 73) a dizer que “não se pode eliminar uma história familiar sem que se viva muita angustia, dor e medo do presente e do futuro”. De acordo com Azôr (2005), há barreiras que muitas vezes são impostas pela própria instituição, afim de impossibilitar aberturas de espaços que tristeza, dores e violências sejam mais trabalhados, acabando por desconsiderar a subjetividade dos abrigos.

A criança quando se encontra no abrigo, além de enfrentar diversas dificuldades procedentes das difíceis relações familiares, muitas vezes, ao entrar no abrigo, onde geralmente sua estadia não é transitória, pode se deparar com longos processos judiciais, perpetuando a situação de internacionalização, tendo em vista que cada dia que passa no abrigo pode dificultar o processo de adoção, por ultrapassarem o estágio de vida, onde geralmente as famílias brasileiras tem como preferência crianças de até dois anos de idade (VECTORE; CARVALHO, 2008).

Segundo Silva (2004, p. 95) a convivência institucional possui características específicas, que muitas vezes é inultrapassável, como ser quase sempre mais aberta do que a familiar, ser mais fechada em questões do mundo exterior do que as famílias proporcionam, decorrer entre crianças e jovens que sofreram adversidades, oferecer menos oportunidades para

aperfeiçoar ou adquirir novas aptidões, impor rotinas mais rígidas do que aqueles que tem um lar familiar. No entanto, o contexto de abrigo deve ser trabalhado com cuidado e organizado, para que possibilite o desenvolvimento adequado da criança, afim de constituir um espaço de vínculos seguros. Dorian (2003) recomenda a conexão de proporcionar às crianças abrigadas ambientes positivos, com mais estabilidade e segurança, agentes de resiliência, em geral, proporcionar um ambiente onde haja fatores de proteção para o desenvolvimento humano.

O propósito principal do trabalho dos abrigos é que crianças e adolescentes sejam reintegrados em suas famílias de origem, ou, como em vários casos, ser reinserida socialmente quando atingirem a maioridade ou por meio de adoção (ADRIÃO, 2013). No entanto, os abrigos tem que cumprir e realizar uma série de métodos e procedimentos de acordo com a legislação em vigor e alinhadas com as diretrizes técnicas apontadas pela política de acolhimento institucional, contidas em documentos como Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006).

Desse modo, é urgente pensar em maneiras passíveis de promover um abrigamento de qualidade e promotor efetivo do desenvolvimento das crianças ali institucionalizadas (VECTORE; CARVALHO, 2008), e, classificando os abrigos, pode-se dizer que existem em 4 tipos: Casas Lares, Abrigos Institucionais, Repúblicas, Famílias Acolhedoras.

Casas Lares: serviço de acolhimento temporário oferecido em áreas residenciais da cidade, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal fica como cuidador, ressaltando que geralmente a casa não pertence ao casal, podendo ser alugada. A Casa Lar é indicada o acolhimento a grupos de irmãos e a crianças e adolescentes com perspectiva de acolhimento de média ou longa duração. A quantidade de acolhidos é em até 10 crianças e adolescentes, de zero a dezoito anos (SILVA, 2017).

Abrigo Institucional: apesar de ter semelhança com a “Casa Lar”, em aspectos de seguir o padrão arquitetônico do local onde estiver inserido. O abrigo institucional é o que tem maior capacidade de acolher crianças e adolescentes, sendo 20 acolhidos, de zero a dezoito anos. Lembrando, que não devem ser instaladas placas indicativas do abrigo, evitando nomes que remetam a aspectos negativos, rotulando os usuários (SILVA, 2017).

República: o serviço de República é destinado para apoio e moradia a grupos de jovens de 18 a 21 anos, em situação de vulnerabilidade e com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de serviços de acolhimento pela maioridade. Com a estrutura de uma residência privada, deve localizar-se em áreas residenciais da cidade, seguindo o padrão da comunidade onde estiverem inseridas. A república oferece

atendimento durante o processo de construção de autonomia pessoal e possibilita o desenvolvimento e independência. Possui tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência. Ressaltando que esse tipo de serviço abriga uma quantidade ainda menor, sendo no máximo 6 pessoas, não tendo figura de cuidador (SILVA, 2017).

Família Acolhedora: esse serviço de acolhimento se dá por famílias acolhedoras que são cadastradas e selecionadas para tão função. O número máximo de acolhidos de cada família acolhedora é uma criança/adolescente por vez, exceto quando se trata de grupo de irmãos. Em se tratando de grupo de mais de dois irmãos, deverá haver uma avaliação técnica para verificar se a modalidade é a melhor escolha para o caso, ou se seria mais adequado o acolhimento em outra tipo de serviço, como Casa Lar, por exemplo. A decisão fica a critério da ação da equipe técnica do programa, e da disponibilidade da família em acolher.

Porquanto, é importante salientar que as modalidades são medidas excepcionais e provisórias e que o trabalho da equipe multidisciplinar do acolhimento e do Judiciário deve priorizar o retorno familiar. Esgotando as possibilidades de retorno à família de origem ou extensa, a adoção passa a ser uma possibilidade (SILVA, 2017).

3 A INFLUÊNCIA ARQUITETÔNICA DOS ABRIGOS NO COMPORTAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Fischer (1994) define que a influência do meio-ambiente sobre o comportamento humano atua precisamente em razão da existência dos valores nele inscritos servindo como elementos normativos sobre os comportamentos e as representações. Essas relações são estabelecidas no espaço vivenciado diariamente pelo indivíduo que tem grande importância para a estruturação da relação da pessoa com o mundo. Segundo Fischer (1994) o Espaço é a matriz ambiental que informa as relações humanas na sua complexidade ao mesmo tempo que é, como elas, o resultado de fatores culturais, sociais e institucionais. Fica irrefutável que a

relação de troca entre a pessoa e o meio físico vivenciado é recíproca havendo forte influência, ocasionando um sistema onde o ambiente atua diretamente sobre a pessoa. Dessa maneira, o meio-ambiente exerce influência sobre o comportamento humano em razão da existência dos valores nele inscritos, que atuam como elementos normativos sobre os comportamentos e as representações sociais. Contudo, pode-se afirmar que os alicerces da natureza da relação Pessoa-Ambiente permitem explicar o valor do espaço e a orientação da conduta individual ou social. (FISCHER, op.cit.).

Quando as informações do ambiente não coincidem com o propósito das atividades e não favorecem a interação Pessoa-Ambiente, os resultados no desempenho e no estado psicológico das crianças podem ser negativos gerando o estresse. Esse estresse pode ocorrer tanto pelo excesso de informações no ambiente vivenciado, como pelo seu total falta.

Segundo Abarca (1991) durante as inevitáveis relações que a pessoa estabelece com o ambiente, seja ele construído, natural, ou social, este pode sobrecarregar o indivíduo de tal forma que dele seja exigido um grande esforço para até mesmo se adaptar, que acaba resultando num estado de estresse com consequências negativas para a saúde física e mental.

No entanto, fica evidente que a arquitetura pode ter implicações no resultado do processo socioeducativo. Entendendo o espaço como conformador de valores sociais e comportamento e sabendo que ele recebe influência direta da relação Pessoa-Ambiente, pode-se dizer que através dos aspectos ambientais que incidem sobre ela, bem como das condições de habitabilidade encontradas no ambiente, são estabelecidas relações positivas (apropriação) ou negativas. Ficando clara que a qualidade dessas relações é condicionante para o sucesso ou não do processo socioeducativo.

Dessa forma entende-se que é possível trabalhar os fatores que incidem sobre a relação Pessoa-Ambiente de modo que eles promovam muito mais relações positivas que negativas. Importante salientar, que a prática das atividades pedagógicas ou escolarização, imposta no estatuto exige espaços físicos adequados para sua realização e torna necessária a elaboração de um programa de necessidades para as unidades, ou seja, revela, mostra, a importância de se pensar o projeto arquitetônico levando em conta a criação de espaços que contribuam com o cumprimento das propostas pedagógicas durante o tempo de acolhimento.

Malard (1992) entende Ambiência como as qualidades do ambiente interior das edificações e está relacionada diretamente com o processo de habitar um espaço assim como com a capacidade de gerar apropriação. Possui uma dimensão física, relacionada com o conforto térmico, acústico e lumínico; de onde ressalta que o interior confortável é regra fundamental para a satisfação do usuário.

Por fim, considerando a ausência similar de um ambiente familiar, no qual, possa acolher o maior número de pessoas possíveis (20 acolhidos), que possua uma equipe capacitada (psicólogos e assistentes sociais), com a finalidade desacompanhá-los até sua autonomia e permitindo a inserção dos acolhidos, a modalidade de acolhimento “Institucional” é a ideal para o terreno proposto. Vale ressaltar, que além do apoio técnico, e dos usos de direito dos acolhidos, o lugar vai oferecer ambientes de uso multifuncional para aprendizado dos mesmos.

3.1 A relação da pessoa e o ambiente

Fischer (1994) define que a influência do meio-ambiente sobre o comportamento humano atua precisamente em razão da existência dos valores nele inscritos servindo como elementos normativos sobre os comportamentos e as representações. Essas relações são estabelecidas no espaço vivenciado diariamente pelo indivíduo que tem grande importância para a estruturação da relação da pessoa com o mundo. Segundo Fischer (1994) o Espaço é a matriz ambiental que informa as relações humanas na sua complexidade ao mesmo tempo que é, como elas, o resultado de fatores culturais, sociais e institucionais. Fica irrefutável que a relação de troca entre a pessoa e o meio físico vivenciado é recíproca havendo forte influência, ocasionando um sistema onde o ambiente atua diretamente sobre a pessoa. Dessa maneira, o meio-ambiente exerce influência sobre o comportamento humano em razão da existência dos valores nele inscritos, que atuam como elementos normativos sobre os comportamentos e as representações sociais. Contudo, pode-se afirmar que os alicerces da natureza da relação Pessoa-Ambiente permitem explicar o valor do espaço e a orientação da conduta individual ou social. (FISCHER, op.cit.).

Quando as informações do ambiente não coincidem com o propósito das atividades e não favorecem a interação Pessoa-Ambiente, os resultados no desempenho e no estado psicológico das crianças podem ser negativos gerando o estresse. Esse estresse pode ocorrer tanto pelo excesso de informações no ambiente vivenciado, como pela sua total falta.

Segundo Abarca (1991) durante as inevitáveis relações que a pessoa estabelece com o ambiente, seja ele construído, natural, ou social, este pode sobrecarregar o indivíduo de tal forma que dele seja exigido um grande esforço para até mesmo se adaptar, que acaba resultando num estado de estresse com consequências negativas para a saúde física e mental.

No entanto, fica evidente que a arquitetura pode ter implicações no resultado do processo socioeducativo. Entendendo o espaço como conformador de valores sociais e comportamento e sabendo que ele recebe influência direta da relação Pessoa-Ambiente, pode-

se dizer que através dos aspectos ambientais que incidem sobre ela, bem como das condições de habitabilidade encontradas no ambiente, são estabelecidas relações positivas (apropriação) ou negativas. Ficando clara que a qualidade dessas relações é condicionante para o sucesso ou não do processo socioeducativo.

Dessa forma entende-se que é possível trabalhar os fatores que incidem sobre a relação Pessoa-Ambiente de modo que eles promovam muito mais relações positivas que negativas. Importante salientar, que a prática das atividades pedagógicas ou escolarização, imposta no estatuto exige espaços físicos adequados para sua realização e torna necessária a elaboração de um programa de necessidades para as unidades, ou seja, revela, mostra, a importância de se pensar o projeto arquitetônico levando em conta a criação de espaços que contribuam com o cumprimento das propostas pedagógicas durante o tempo de acolhimento.

Malard (1992) entende Ambiência como as qualidades do ambiente interior das edificações e está relacionada diretamente com o processo de habitar um espaço assim como com a capacidade de gerar apropriação. Possui uma dimensão física, relacionada com o conforto térmico, acústico e lumínico; de onde ressalta que o interior confortável é regra fundamental para a satisfação do usuário.

Por fim, considerando a ausência similar de um ambiente familiar, no qual, possa acolher o maior número de pessoas possíveis (20 acolhidos), que possua uma equipe capacitada (psicólogos e assistentes sociais), com a finalidade desacompanhá-los até sua autonomia e permitindo a inserção dos acolhidos, a modalidade de acolhimento “Institucional” é a ideal para o terreno proposto. Vale ressaltar, que além do apoio técnico, e dos usos de direito dos acolhidos, o lugar vai oferecer ambientes de uso multifuncional para aprendizado dos mesmos.

3.2 A arquitetura ambiental e a visão da criança

O ensino do estúdio de design arquitetônico sobre o planejamento e o design de espaços para crianças pequenas geralmente se baseia em percepção do adulto que pode não ser relevante para o funcionamento das crianças. Forma, cor e função são os parâmetros aplicados ao projetar e articular os espaços dentro e fora da arquitetura. A abordagem de design é um pouco não consistente com a literatura sobre o funcionamento das crianças em espaços internos e externos, o que sugere que o valor de um lugar é determinado por sua função, e não por forma e cor. Em outras palavras, os adultos percebem o espaço mais sobre forma, função e estética (Matthews, 1992), enquanto as crianças veem o espaço mais em suas funções do que em estética (Christensen, 2003).

Além disso, os edifícios projetados pelos estudantes de arquitetura são finais, ou seja, deixando pouco espaço para as crianças mudarem ou manipular a arquitetura. Além disso, os edifícios projetados pelos estudantes de arquitetura são finais, ou seja, deixando pouco espaço para as crianças mudarem ou manipular a arquitetura.

De acordo com a teoria do desenvolvimento cognitivo infantil e literatura sobre de psicologia perceptiva sobre crianças, essa arquitetura pode não gerar um senso de apego ao lugar. Conseqüentemente, as crianças poderiam não desenvolver senso de lugar favorito para a arquitetura. Como resultado, as crianças se sentem entediadas de ir à escola ou têm medo de ficar no Hospital. Em outras palavras, a arquitetura falha em estimular o funcionamento cognitivo das crianças, oferece recursos insuficientes espaço para o funcionamento físico nos termos das crianças e permite poucas oportunidades para as crianças se socializarem com sua própria escolha e controle.

A dominação dos adultos no design e no planejamento do espaço infantil pode ser vista no jardim de infância. A prática mais provavelmente confina as crianças pequenas dentro do edifício e ocasionalmente permite que elas se envolvam com atividades ao ar livre espaço como área de jardim e gramado. No interior, as crianças podem experimentar uma variedade de móveis e brinquedos plásticos em um microclima controlado, em que temperatura, iluminação e umidade são semelhantes ao longo da duração fique no prédio. Em outras palavras, grande parte do desenvolvimento cognitivo das crianças é resultado da experiência rotineira em um espaço confinado. Eventualmente, as crianças entendem que a arquitetura é um elemento que proporciona pequenas mudanças. Este fenômeno contrasta com a Teoria do Desenvolvimento Infantil de Piaget, segundo a qual as crianças são aprendizes ativos e motivados (McDevit e Ormrod, 2002).

Por outro lado, o espaço ao ar livre é espaçoso e aberto para o entorno que permite que as crianças se movam mais livremente do que dentro do edifício. É um espaço em que seus sentidos são prontamente estimulados por vegetação e animais (Kellert, 2002). Seu microclima é natural e dinâmico; mudanças de temperatura e vento e presença de chuva ou neve (Prescott, 1987; Olds, 1989). Esse ambiente permite que as crianças entendam os fatos de que a natureza não é feita pelo homem, é dinâmica e atemporal (Prescott, 1987). Na medida em que a experiência ao ar livre permite que as crianças interpretem e extrapolar as diferenças de características e fenômenos da experiência interna.

Cognitivamente, portanto, as crianças deduzirão que a arquitetura desenvolvida por adultos sem sua participação como duas partes: construção e espaço ao ar livre. Eles podem

entender claramente que a arquitetura é feita pelo homem e a paisagem é natural. Em resumo, eles percebem que a arquitetura não está integrada à paisagem.

Em resumo, mesmo sabendo que a experiência da infância em ambientes naturais e construídos é diversa, mas frequentemente caracterizada por controle, restrição e desamparo em adultos (Pradhan, 2007). E, o design de espaços para crianças segue o requisito padrão da autoridade de design ou agência institucional. Tais práticas não permitiram os pontos de vista das crianças para fazer parte do processo de design da arquitetura. Portanto, a participação das crianças no projeto e o planejamento de seu ambiente construído é ignorado. Em outras palavras, as crianças têm pouca voz no ambiente que os molda e espera-se que eles obedeçam às regras definidas pelos adultos (Sener, 2006). Isso também significa que eles têm pouco senso de controle e menos oportunidade de se locomover livremente no espaço no ambiente construído, projetado exclusivamente por adultos. Na medida em que o ambiente os limita a assumir diferentes posturas corporais, criar seus próprios limites e manifestar poder e realizar seus potenciais (Olds, 1989).

Na perspectiva do desenvolvimento infantil, McDevitt e Ormrod (2002) afirmam que a primeira infância é um período de incrível fantasia, admiração e diversão. Eles aprenderam o mundo como um fórum para a imaginação e o drama que é que eles reinventam mundo, tente novos papéis e lute para desempenhar seu papel em harmonia. Através de atividades sensoriais e motoras com colegas e adultos, as crianças desenvolvem rapidamente suas habilidades de linguagem e comunicação. O movimento físico deles é muito influenciado pelas funções dos recursos que eles entram em contato, incluindo móveis e brinquedos em ambientes fechados (Olds, 1987) e plantas e animais ao ar livre (Kellert, 2002). “Suas respostas aos ambientes são imediatas e inseparáveis das fontes de estímulo ao seu redor” (Old, 1987, p. 117). Por exemplo, um estudo empírico de Said (2006) constatou que crianças hospitalizadas reconheciam as condições desconhecidas de sua enfermagem, eles reagiram regressivamente. Conseqüentemente, quando brincavam no jardim da ala, estavam muito conscientes da presença de animais como pássaros e insetos, sugerindo que seu funcionamento cognitivo melhorou.

Na infância, as crianças são geneticamente programadas para explorar o mundo e se relacionar com a natureza (Cobb, 1969). Ou seja, eles aprenderam sobre como o mundo funciona de maneira evocativa, seu raciocínio lógico apenas sobre objetos concretos que são prontamente observados. Como tal, as crianças são ativas na compreensão e compreensão do mundo natural através da brincadeira (Moore e Young, 1978). A peça estimula suas faculdades cognitivas de visão, toque, paladar, áudio e olfação (Yates, 2002). As crianças são afetadas emocionalmente em ambientes externos por meio de contatos diretos, literais ou táteis. A

cognição permite que as crianças sejam construtoras ativas de seu próprio conhecimento, levando-as a descobrir certas verdades lógicas sobre objetos e conceitos do meio ambiente (Greig e Taylor, 1999). Portanto, experiência ativa com o ambiente permite que as crianças formem pensamento lógico e capazes de extrair inferências lógicas dos fatos que eles são dados (McDevitt e Ormrod, 2002). Contatos diretos com os recursos e fatores do ambiente permitem as crianças a explorar, imaginar e descobrir (Olds, 1989; Kellert, 2002). A experiência envolve o “processo de desenvolver e refinar habilidades fundamentais de movimento em uma ampla variedade de estabilidade, locomotivas e manipulações movimentos” (Gallahue, 1993, pp. 39-40).

Portanto, o design dos espaços infantis deve estar em conformidade com seu funcionamento físico, cognitivo e social e desenvolvimento. O funcionamento físico são as ações motoras, como rolar, pular, tombar, correr e pulando. O desenvolvimento físico é o padrão de crescimento e maturação corporal das crianças que interagem com os arredores, espaços internos e externos e suas características. O funcionamento cognitivo é a resposta perceptiva do crianças com os espaços e características. As percepções visuais, sonoras e táteis contribuem muito para o desenvolvimento do desenvolvimento cognitivo das crianças. O desenvolvimento cognitivo examina as mudanças sistemáticas no raciocínio das crianças, conceitos, memória e linguagem. O funcionamento social é a transação de crianças com colegas e adultos que oferece para assimilar e acomodar as ações dos outros. E, o desenvolvimento social explora as mudanças nas crianças sentimentos, formas de lidar e relações com os pares.

É claro que o funcionamento e desenvolvimento das crianças são moldados pela interação e transação das crianças em características físicas e as pessoas. Na medida em que “as crianças moldam seu ambiente e o ambiente as molda” (Striniste e Moore, 1989, p.25). A compreensão desses conhecimentos permite que arquitetos e paisagistas projetem e planejem um cenário, construção e paisagem que permita aproveitar os três aspectos funcionais, físicos, cognitivos e social.

Movimento físico da criança, escaneamento cognitivo e transação social em um espaço diretamente influenciado pelo espaço e propriedades do ambiente. Essas interações envolvem ações sensoriais e motoras complexas. Respostas perceptivas (visão, tátil, áudio, olfato e paladar) e a mobilidade em um ambiente revelam muitas informações significativas. Em outras palavras, a percepção é uma experiência ativa, na qual a criança encontra informações através da mobilidade (Kytta, 2003). “Nós devemos perceber ser capazes de se movimentar, e devemos nos movimentar para poder perceber” (Gibson, 1979, p.23). Isto é uma estrutura de psicologia perceptiva ecológica, reconhecida por alguns psicólogos ambientais,

incluindo Gibson (1979), Heft (1999) e Kytta (2002, 2003). Como o contato das crianças com a arquitetura envolve percepção e movimento, é apropriado ensinar arquitetura usando essa estrutura. Portanto, projeto de estúdio sobre crianças a arquitetura deve começar com a introdução de como as crianças percebem o espaço e as propriedades do ambiente. Para dar um exemplo, Sener (2006) descobriu que projetos de arquitetura envolvendo a participação de crianças facilitam arquitetos para criar um design inovador de acordo com a percepção e o carinho das crianças pelo espaço e pela construção. Não obstante, a arquitetura e sua paisagem devem ser projetadas para apoiar a função e nutrir as sensibilidades sensoriais e estéticas da criança. Por exemplo, uma enfermaria de hospital funciona como um local para recuperar a saúde e seus jardim para brincar e descansar (Said, 2006).

Um ambiente construído que permite que a criança esteja cognitivamente alerta aos estímulos externos por meio de movimentos e movimentos sociais. as ações o incentivarão a se filiar ou a criar vínculos com ele (Chawla, 1992; Khan, 2002). De acordo com Moore e Young (1978), o vínculo é chamado de espaço interior (Figura 1) criado pelas crianças através de três tipos de experiências sensoriais: cognitivas, afetivas e avaliativas (Wapner e Demick, 2000). A experiência cognitiva é a formação de habilidades de pensamento e resolução de problemas; experiência afetiva é o surgimento de emoções e sentimentos capacidades; e experiência avaliativa é a criação de valores, crenças e perspectivas para o meio ambiente (Kellert, 2002). Por exemplo, depois de passar mais de dois dias no jardim de um hospital, crianças doentes estabeleceram um senso de apego ao jardim que pretende voltar ao hospital se voltar a ficar doente (Said, 2006).

Uma arquitetura e sua paisagem são entendidas pelas crianças como um espaço fisiográfico que proporcion criança mostrar sua força física e destreza para fazer contatos, tanto perceptivos quanto físicos, com os elementos e forças climáticas do local, rotineiramente ou ocasionalmente (Wapner e Demick, 2000). Em outras palavras, o espaço é onde os sentidos das crianças são estimulados por meio de atividades sensoriais e motoras. Olds (1987) postula que o movimento em jogo como na sala de jogos, estimula os sentidos da criança em padrões rítmicos de uniformidade previsível. No entanto, a sala de jogos deve também permitir mudanças graduais ou diversidade moderada que desencadeiem fascínio e satisfação. Na psicologia, o fenômeno é conhecido como diferença dentro da semelhança (Olds, 1989), que permite à criança desenvolver um construto mental de que a arquitetura é uma estrutura, e a estrutura se desenvolve (Khans, 2002). Esse desenvolvimento ocorre frequentemente no mundo natural. Por exemplo, em um cenário de floresta, Fjorfort (2004) descobriu que na infância média as crianças finlandesas reconhecem a floresta como um local que lhes oferece peças funcionais e de

construção, e essas peças melhoraram suas habilidades motoras. E, em ambiente hospitalar, Said (2006) descobriu que crianças hospitalizadas aumentavam sua locomoção e destreza na experiência do jardim do hospital.

Além disso, a participação física das crianças com as características arquitetônicas e os elementos naturais da paisagem se estende a satisfação e experiência permanecem em sua memória (Sebba, 1994). E a memória é um derivado do apego ao local. As emoções positivas em um local de jogo permitem inúmeras oportunidades afetivas de envolvimento, descoberta, criatividade, revelação e surpresa de aventura (Kellert, 2002). Por sua vez, o carinho permite que as crianças avaliem o local com valores. Portanto, experimentar o meio ambiente é uma dimensão essencial, crítica e insubstituível no crescimento e funcionamento das crianças (Kellert, 2002).

Os estudos empíricos de Fjorfort (2004) e Said (2006) implicam que o jardim de infância ou a enfermaria do hospital integrado com os espaços ao ar livre, especialmente vegetação. A arquitetura não é apenas um meio de aprendizado ou saúde recuperação, mas também um ambiente físico que desencadeia respostas comportamentais positivas, como apego e identidade. A Figura 2 ilustra o design de um jardim de infância por um estudante de graduação. O design começa rigorosamente compreensão do desenvolvimento cognitivo infantil. E, o design vê o edifício e a paisagem externa como entidade holística para que as crianças aprendam e cresçam. O design prevê que as crianças estejam ligadas a um local. Lugar, colocar o apego é quando eles mostram felicidade por estar nele e se arrependem ou angustiam por deixá-lo, e valorizam isso não apenas satisfação das necessidades físicas, mas por suas qualidades intrínsecas (Chawla, 1992 p.64). Não será surpresa encontrar crianças desejo de voltar para a escola depois de sair para casa ou voltar para o hospital depois de receber alta.

Finalmente, a arquitetura e sua paisagem também são um espaço social onde as crianças brincam com colegas ou adultos e criam amizade, conhecimento, regressões sociais reduzidas e retraimentos sociais reduzidos (Ladd, 1999). Esses são respostas progressivas do desenvolvimento social das crianças (Ladd e Coleman, 1993; Ladd e Price, 1993). Isto é porque durante as brincadeiras sociais, as crianças expandem sua cognição do lugar, assimilando as ações de outras pessoas, particularmente pares (McDevitt e Ormrod, 2002). A assimilação é um processo de lidar com um recurso ou evento consistente com um esquema existente (Greig e Taylor, 1999). Horas extras, através de encontros repetitivos, as crianças acomodam suas ação criando um novo esquema que é uma expansão do anterior (Yates, 2002). Assim, a interação em um espaço social como comunicação e troca de turnos, oferece mais estímulos e feedbacks

às crianças (Ladd e Coleman, 1993). Portanto, as faculdades cognitivas das crianças, incluindo o esquema do local, são expandidas.

4 ANÁLISE DE SIMILARES

4.1 Casa de Acolhimento para menores / Cebra – Dinamarca

A Dinamarca, mais precisamente, em Kerteminde, recebeu a implantação de um projeto pioneiro, ao que diz respeito à Centro de atenção 24 horas para crianças e adolescentes, o escritório CEBRE foi o mentor de todo o desenvolver do projeto. O edifício, descontrai com sua forma e elementos familiares, o mesmo é revestido de azulejos e madeira, com a dinâmica abordada criou-se um ambiente acolher, um dos aspectos princípios para o bom desenvolvimento do acolhido, durante sua permanência no abrigo, trouxe também um conceito moderno quanto à referência de “casa”, utilizando ideias pedagógicas inovadoras e concepções que correspondem às necessidades das crianças e adolescentes.

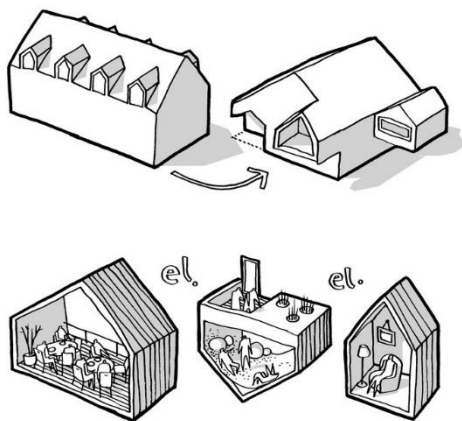
Figura 01 – Fachada Casa De Acolhimento Para Menores - Dinamarca



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>

Este centro de atendimento fomenta as relações sociais e o sentido de integração à comunidade, mas também, em conformidade com as indispensabilidades individuais da criança, trazendo a esta sensação de pertencimento e inclusão.

Figura 02 – Estudo de formas



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra/5470e2d3e58ece205e00009b-diagram>

A forma adotada para o projeto, buscou transparecer o sentido de casa, trazendo traços de uma residência normalmente encontrada nos bairros residenciais; de duas águas e retangulares, formas básicas da casa dinamarquesa como ponto de partida natural.

O conceito dos diferentes perfis do sótão brinca os volumes do edifício, que insere variação espacial e flexibilidade funcional à organização interior, permite também aplicar distintas atividades aos locais, tais como: leitura, espaços para filmes, sala para fazer tarefas, áreas de pinturas, artesanatos, entre outros. A distribuição geral dá-se em quatro volumes conectadas. Os espaços alongados da instituição se separaram e foram comprimidas para implementar um edifício compacto com volumes de compensação. Cada grupo, de uma certa idade, tem seu espaço de uso flexível, tal medida tem um foco propiciar aos acolhidos um sentimento de pertencimento.

Os módulos destinados às crianças se retraem desde a rua e são direcionadas para o jardim com acesso direto para a área de lazer/descontração. O módulo central possui a entrada principal, interligada ao estacionamento, onde desenvolve uma visão ampla de quem entra ou sai do edifício, sem interfere nos módulos habitacionais. A unidade destinada aos adolescentes esta orienta para a rua, esses são incentivados a utilizar a cidade e cooperar nas atividades sociais.

4.2 Orfanato em Amsterdam

Figura 03 – Orfanato em Amsterdam



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-108938/classicos-da-arquitetura-amsterdam-orphanage-slash-aldo-van-eyck>

Em busca de um espaço que atendesse à 100 crianças abandonadas o arquiteto Aldo Van Eyck, apostou em ambientes amplos para atender às necessidades de acordo com a faixa etária de cada acolhido. O arquiteto optou pela linguagem de dentro e de fora e vice-versa.

A estrutura da instituição cria formas geométricas simples organizada em estrutura complexas. O intuito é transmitir a mesma solidez com tamanhos distintos e reduzindo o contraste entre ambientes internos e externos. Aldo, busca ainda fazer ambientes de transição, estes, não são absolutamente interiores, nem tão pouco, exteriores, mas intermediários. A composição da planta também é composta por pátios abertos internos.

Esta obra fortalecer novas relações na utilização do espaço, de forma que se expressa a ruptura da arquitetura como “elefante branco”, ou seja, ser instalado em um mundo independente e externo a ele.

4.3 Fazenda Canuanã

A fazenda Canuanã, está localizada na Zona Rural de Formoso do Araguaia, no Tocantins. A escola foi inaugurada a 44 anos e em 2018 recebeu os prêmios de Melhor Edifício

de Arquitetura Educacional do mundo, da Building Of The Year e o Prêmio Internacional RIBA 2018. O projeto propôs um complexo escolar e moradia, com capacidade para 800 alunos, entre 7 e 17 anos, às margens da floresta tropical no norte do Brasil. O projeto foi elaborado pelo Instituto A Gente Transforma, do Designer Marcelo Rosenbaum e o Escritório Aleph Zero, a instituição é mantida pela fundação Bradesco.

Figura 04 - Fazenda Canuanã



Fonte: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2017/08/marcelo-rosenbaum-projeta-escola-em-tocantins-com-ajuda-de-alunos.html>

O projeto como um todo possui aspectos significantes para atual proposta, pela sua concepção de materiais leves, inclusão de tijolo solo-cimento e pátios centrais com vasta áreas verdes. A utilização da simplicidade dos materiais deu-se pela contextualização local, ou seja, técnicas vernaculares, do qual buscou direcionar o olhar para o resgate cultural, da beleza indígena e sua sabedoria, toda essa delicadeza transpôs à construção a noção de pertencimento, que foi transpassa aos seus usuários.

A disposição dos ambientes permite privilegiar a cria a sensação de singularidade e reconquista da origem de cada um, e também sustentar a intimidade com o local, enaltecendo a ideia de pertencimento dos alunos.

4.4 Maison D'accueil de L'enfance Eleanor Roosevelt

O abrigo institucional Maison d'Accueil de l'enfance Eleanor Roosevelt que fica em Paris, é um centro residencial de emergência, sendo um abrigo para os menores sob tutela legal. O principal objetivo do centro é fornecer proteção, apoio educacional e psicológico a essas crianças e adolescentes.

Um centro de emergência é tanto um abrigo para crianças, como um lar de atendimento onde os jovens se sintam acolhidos, protegidos e cuidados. É também um lugar de transição, onde os laços familiares, em vez de ser cortados, são incentivados sob uma supervisão calma e compassiva pelos cuidadores. Esse centro de emergência tem a importante função de atuar com o intuito de garantir a reinserção das crianças e adolescentes em suas famílias de origem.

5 PROJETO

5.1 Local de estudo

O estudo de caso, para implantação do projeto, será realizado no município de Paço do Lumiar, no bairro Maiobão, Região Metropolitana de São Luís, capital do Estado do Maranhão, o acesso principal ao bairro se dá pela MA-201 (Estrada de Ribamar). Considerado o maior complexo habitacional do município, foi construído entre os anos de 1980 - 1982. A região de estudo envolve bairros adjacentes, como: Tambaú, Paranã, Lima Verde e Vila Sarney.

A concepção geral do projeto é a demarcação de uma gleba estagnada. Onde a via principal de acesso é a Av. José Buhatem. O terreno possui como dimensão 66,53 metros por 141,23 metros totalizado 8.648,07 metros quadros (figura 09). Em relação a sua topografia, o mesmo não apresenta desníveis acentuado, configurando uma superfície relativamente plana.

Figura 05 – Esquematização Brasil – Maranhão – Paço do Lumiar – Maiobão.



Figura 06 – Localização de Terreno



Fonte: googlemaps.

Sobre as condições físicas do lote, pode-se verificar que este apresenta o formato de um retângulo quase que regular, e dispõe de uma área de 8.648,07 m².

A área do bairro Maiobão onde o terreno está localizado é classificada como uma Zona Urbana Básica (ZUB), que permite o uso de serviços diversificados, sendo predominantemente residencial.

A ZUB apresenta algumas normas relacionadas à ocupação dos lotes, determinando a Área Total Máxima de Edificação (ATME), Área Livre Mínima do Lote (ALML), afastamentos e gabaritos máximos permitidos. Os valores referentes para esta zona para o projeto em questão estão resumidos na tabela a seguir:

Figura 07 – Diretrizes construtivas da Zona Urbana Básica

Da Zona de Urbanização Básica – ZUB

Art. 45 – Compõem as características da Zona de Urbanização Básica-ZUB:

- I – uso misto com predominância do uso habitacional;
- II – predominantemente com média e alta densidade demográfica;
- III – Equipamentos Públicos urbanos, comunitários e serviços consolidados, porém necessitando adequações.

Art. 46 – Compõem as diretrizes da Zona de Urbanização Básica-ZUB:

- I – garantir a diversidade de usos, restringindo os conflitos de vizinhança;
- II – prover áreas infra-estruturadas para uso de habitação popular;
- III – equacionar conflitos de uso e ocupação do solo;
- IV – ordenar e permitir o adensamento populacional construtivo onde ainda for possível, de forma a garantir o melhor aproveitamento do solo e o cumprimento da função social da propriedade;
- V – promover a ocupação de glebas e lotes vazios e de imóveis vagos e subutilizados;
- VI – respeitar os usos consolidados;
- VII – promover o controle da permeabilidade do solo;

Fonte: Plano diretor do Paço do Lumiar

Figura 08 – Diretrizes construtivas da Zona Urbana Básica

Zona de Urbanização Básica – ZUB						
Área Total da Edificação	Área Livre Mínima do Lote	Área Mínima Permeável	Gabarito Máximo	Recuos (m)		
				Frontal	Lateral	Fundos
ATE	ALML	AMP	Gm	5	3	5
200 %	40 %	20 %	3 andares			
Pilotis ou Pisos de Garagem não são computados na ATE						

Fonte: Plano diretor do Paço do Lumiar

Figura 09 – Localização do terreno



Fonte: feito pela autor

5.2 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Figura 10 – Localização do terreno



Fonte: feito pela autora.

Todos as problemáticas encontradas no terreno e seu entorno, são possíveis de serem adequadas na implantação do projeto, sendo que este irá valorizar o local. Outro ponto positivo quanto à localidade é que o bairro do Maiobão e seus adjacentes possuem uma gama de equipamentos escolas, unidades básicas, praças públicas, quadras gramadas o que influencia o convívio comunitário e desenvolve a interação da criança e adolescente externamente ao abrigo institucional, próximo ao terreno possui várias praças (figura 10), que, no entanto, precisam ser revitalizadas, mas possuem potencial para melhorias.

6 A CONCEPÇÃO DO PROJETO

Esta etapa compreende a concepção do projeto com base no que foi analisado anteriormente e abrange o programa de necessidades e o pré-dimensionamento.

6.1 Programa de necessidades

O programa de necessidades foi elaborado a partir dos estudos de caso e das recomendações presentes no Manual Da Criança e do Adolescente e no Código de Obras de Paço do Lumiar. Primeiramente, foi feita a setorização dos ambientes, já que o terreno se configura em uma quadra, então se dividiu em: setor administrativo e serviços, setor de lazer e convívio e setor íntimo.

O setor de convívio e lazer deve estar localizado na Av. de acesso José Buhatén, onde na entrada possui uma guarita que controla saída e entrada dos acolhidos e acolhedores, os setores de lazer, convívio social e dormitórios. Na rua da pimenta deve estar o administrativo, é composto pelo recepção, a fim de controlar a entrada e saída de pessoas, onde estará os responsáveis pela coordenação do prédio como todo e dos voluntários; banheiro, para atender aos funcionários do setor.pro setor ; psicólogo e serviço social, pra atender as crianças. Na rua do Calhau, ficou o acesso pra questões de serviços para manter a estrutura, carga/descarga, lixeira, setor da cozinha, nutrição, lavanderia e almoxarifado.

O setor de lazer e convívio é composto pelas áreas comuns, nas quais os acolhidos podem se distrair ou descansar, ver TV, utilizar a internet e, principalmente estabelecer contato com outros e fazer amizades, característica essencial pra proposta do projeto. Para facilitar esse convívio é importante criar ambientes agradáveis que estimulem a permanência e a interação social, em locais estratégicos por onde as crianças tenham que transitar para chegar a outras áreas da casa.

O setor intimo é composto pelas acomodações dos acolhidos e acolhedores e tem a função de permitir seu repouso e higiene. O abrigo terá no total 11 quartos, sendo que 6 serão dormitórios para as crianças, 1 será fraldário, e 4 pros acolhedores. Dentre os dormitórios acolhidos, 4 terão capacidade de 2 a 3 pessoas, com layouts diversificados (2 femininos e 2 masculinos), o fraldário terá capacidade para 10 bebês, e os 4 dos acolhedores terão capacidade de acolher de 2 a 3 cada (1 feminino e 1 masculino). Dois dos 6 dos acolhidos, 2 será adaptado para pessoas com deficiência, com capacidade para 2 hóspedes. Dessa forma, a capacidade total do abrigo será de 33 acomodações.

Nos quartos dos acolhidos, as camas serão do tipo beliche com layout lúdico. Deve-se priorizar a ventilação e iluminação dentro dos quartos, a fim de reduzir o consumo de energia e garantir o bem-estar dos hóspedes, além da varanda que envolve a área, também foi criado jardins com bancos como mobiliário, entre os quartos para que a circulação fosse um ambiente

agradável e divertido. Além disso, cada quarto privativo possuirá seu próprio banheiro privativo dentro do cômodo, totalizando 8 banheiros no setor, em relação ao berçário, terá o fraldário logo ao lado.

O setor recreativo e social, ficou disposto de ambientes interligados, como área gourmet,(com a possibilidade deles terem acesso a cozinha), ambiente de jogos, ambientes de estar, Ludoteca e biblioteca.

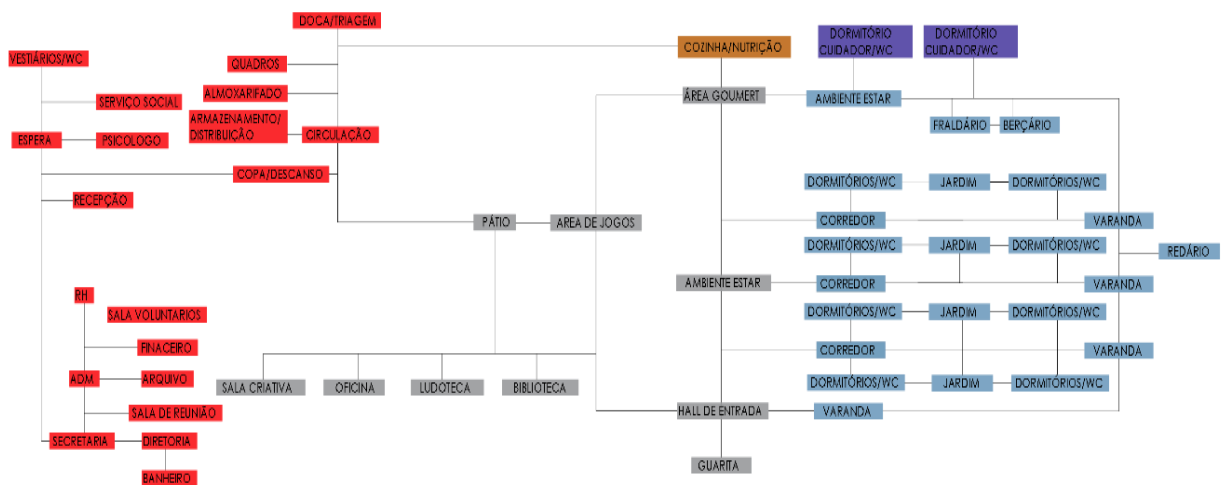
O setor de serviços é composto pela lavanderia, cozinha geral, rouparia, lixo, gás, depósitos e vestiários de funcionários. A lavanderia pode ser utilizada pelos acolhedores e funcionários, com horários estabelecidos para o uso de ambos evitando, assim, o conflito dos usos. A cozinha deste setor será restrita aos funcionários para a preparação do café da manhã e armazenamento de alimentos e produtos do Abrigo. Os acolhidos e acolhedores, por demandarem local para cozimento e preparação de refeições, terão uma cozinha de apoio, configurando a área gourmet, mencionada no setor de lazer e convívio. Os depósitos terão a função de estocagem de produtos de limpeza, alimentos e materiais que são utilizados no abrigo.

A casa de lixo e a casa de gás também são fundamentais para o bom funcionamento da edificação. Os banheiros dos funcionários serão do tipo vestiário para facilitar a troca de roupas e o armazenamento de pertences, vestimentas e materiais de higiene dos voluntários.

6.2 Fluxograma

Após a definição do programa de necessidades e do pré-dimensionamento, buscou-se definir o caminho a ser percorrido pelas pessoas através dos compartimentos da edificação. A definição desses fluxos é de suma importância para o projeto, especialmente para este tipo de hospedagem, onde os fluxos impactam no nível de contato que as pessoas terão no estabelecimento – contribuindo ou não para a sua socialização – bem como no controle de entrada e saída de pessoas por parte do setor administrativo, por exemplo. Os fluxos estão definidos no fluxograma a seguir:

Figura 11: fluxograma



Fonte: feito pela autora

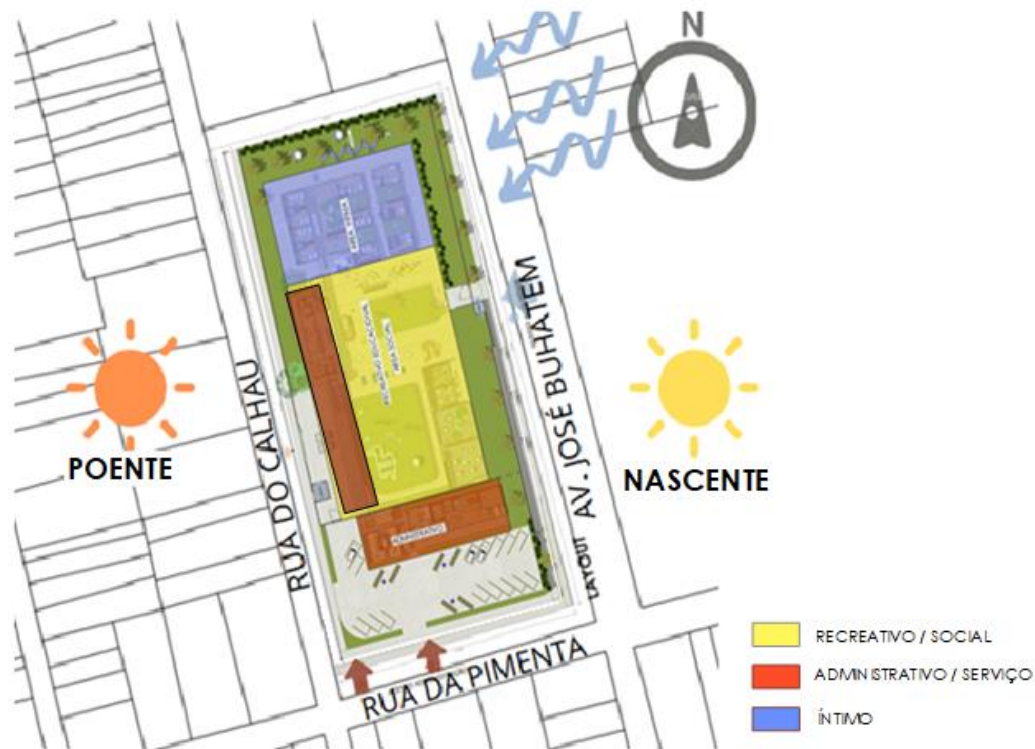
7 DESENVOLVENDO A PROPOSTA

A elaboração do zoneamento foi de suma importância para a distribuição dos setores no terreno. No entanto, ao passo que o projeto foi sendo desenvolvido, ocorreram algumas mudanças. Primeiramente, definiu-se que a edificação seria térrea e se priorizaria a fachada da Av. José Buhatém, por ser voltada para a avenida e ao mesmo tempo para os ventos predominantes. Com isso, a maioria dos ambientes, especialmente as áreas de convivência e os quartos dos acolhidos, deveriam estar voltados para esta frente.

7.1 Bioclimático

Para análise bioclimática, foram consideradas as estratégias de valorização da ventilação e iluminação natural. Assim, implantando parâmetros bioclimáticos para melhor adequação do projeto ao meio ambiente.

Figura 12: estudo bioclimático



Fonte: feito pela autora.

7.2 Manchas/setorização

O estudo de manchas foi desenvolvido, com o objetivo de maior compreensão da setorização do local e os serviços oferecidos. A casa de acolhimento, é composta por 1 bloco, subdivide em 3 ambientes, da seguinte maneira:

Figura 13: estudo de mancha



Fonte: feito pela autora.

8 MEMORIAL JUSTIFICATIVO DO PROJETO

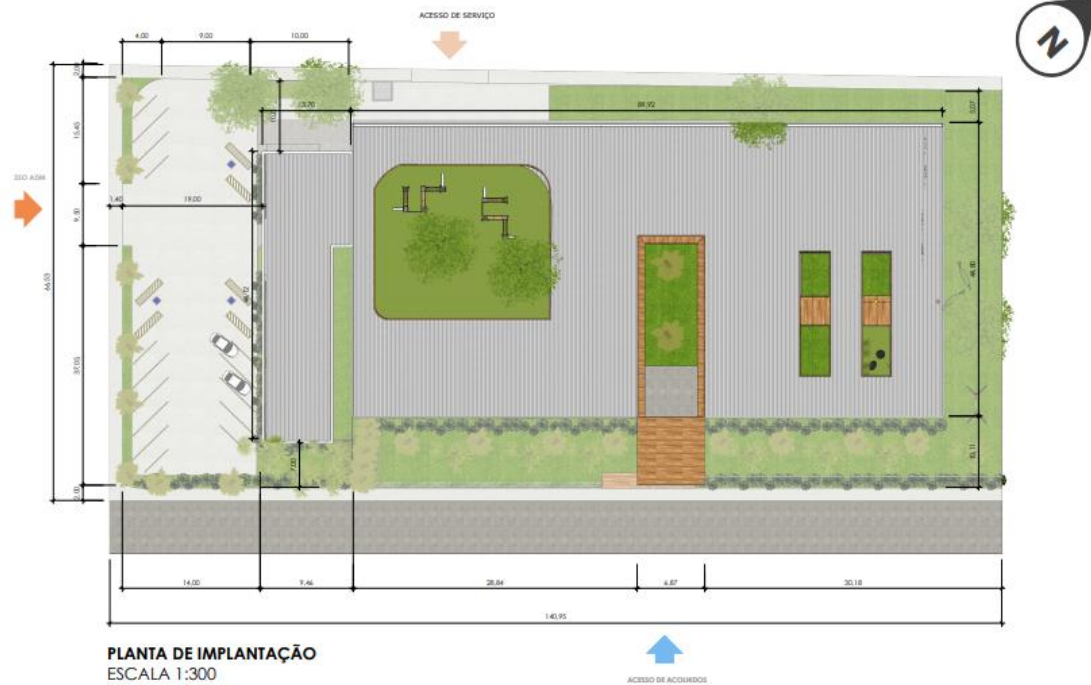
8.1 Descrição geral da edificação

O estudo preliminar a ser apresentado consiste em um abrigo localizado no bairro do Maiobão, na cidade de Paço do Lumiar – MA. O empreendimento tem o objetivo de proporcionar um ambiente de receptividade e acolhedora para os usuários, favoreça a interação entre os usuários através das áreas de convivência e a atividade complementares do abrigo. O partido adotado faz alusão à uma residência totalmente lúdica e contemporânea, com o uso de diferentes elementos vazados.

O terreno apresenta uma área de 6.848,06² com área construída total de 5.037,66m². A edificação foi proposta para apenas um pavimento, preservando a escala do entorno e o gabarito máximo permitido na área. Os elementos integrantes do projeto serão descritos nos itens a seguir.

8.1.1 Implantação

Figura 14: Implantação



Fonte: feito pela autora.

A implantação da edificação foi definida principalmente pela delimitação dos recuos exigidos pela legislação pertinente no terreno, pela localização do terreno que pega quase que uma quadra toda, tendo só uma face com construção na lateral. Assim, adotou-se três formas de acesso ao edifício, uma para os acolhidos através da criação da guarita que dá acesso a edificação, e as outras duas, sendo o setor administrativo, localizada na rua da Pimenta e a demais de serviço voltada pra rua do Calhau. A necessidade de acessos distintos se deu devido ao fato de os acolhidos não terem visão direta da ideia de que se é um abrigo, embora o ambiente seja totalmente interligado.

O estacionamento foi posicionado na fachada lateral esquerda, visando a questão do setor administrativo da edificação, de modo a não comprometer o visual da fachada principal. As vagas foram posicionadas seguindo a orientação do terreno. A fim de facilitar o acesso ao edifício também pelo estacionamento, foram colocados mais um acesso no fundo (para o setor de carga e descarga). Buscou-se manter o mínimo de desnível da edificação em relação à rua para facilitar o acesso por pessoas com mobilidade reduzida. As vagas exclusivas para essas pessoas foram posicionadas próximas à entrada do setor administrativo e a acessibilidade foi garantida através de rampas nas calçadas a distâncias curtas destas vagas.

8.1.2 Edificação

O pavimento térreo conta com 3 entradas, uma para a casa lar, 1 pra administração e outra pro serviço, sendo todas com acesso à rua, e apenas uma com acesso ao estacionamento na lateral da edificação, a fim de facilitar o fluxo de pessoas. O administrativo e a casa possuem comunicação interna, mas para facilitar o controle de pessoas por parte da administração, o setor de serviço foi posicionado ao fundo do abrigo. Dessa forma, as pessoas que não sejam as crianças que entrarem no abrigo, precisam passar pela área de recepção da administração, proporcionando assim, maior segurança ao estabelecimento. O lar conta com disposições diversas de ambientes para uso das crianças, logo na entrada as mesmas dão de cara com o grande jardim que divide os ambientes por setores e ao mesmo tempo interliga os ambientes de estar, jogos, Ludoteca, biblioteca, sala de oficina, e o grande pátio verde logo a frente. Por estar voltado para a ventilação predominante, foram dispostas várias janelas e os pátios com jardins a fim de garantir a ventilação e o contato com o ambiente natural. As janelas voltadas para o poente, porém, serão protegidas com vegetação externa para filtrar os raios solares. Além disso, a casa lar conta com uma área de varanda externa na frente do prédio, com brises que imitam casinhas para instiga-los, a fim de proporcionar maior contato dos acolhidos com os moradores do bairro. Esta área externa, por estar inserida na área não edificante, não pode ser coberta. Por isso, optou-se pelo uso de vegetações.

Na lateral da casa lar, ainda na parte de varanda externa, foi colocada uma área de redários, com jardim para proporcionar um espaço ao ar livre para relaxar, servindo também como área de descanso e convívio. Neste pavimento, também está localizado o dormitório dos acolhedores para que fiquem mais próximos das crianças e adolescentes que conta com assentos para descanso e banheiros privativos nos quartos.

Ao entrar na edificação e passar pelo hall de entrada, o usuário tem a opção de passar pela área de jogos, TV ou ir diretamente para os quartos. O posicionamento dessa área de convívio foi pensado de forma a estimular o contato entre os hóspedes, fazendo com que todos tenham a liberdade de usar ou não local para chegar aos quartos.

Os quartos dos acolhidos que não são voltados diretamente pra fachada principalmente, foi utilizado portas com janelas venezianas para a circulação de forma a garantir a ventilação e iluminação dos mesmos. Os que ficam logo ali na fachada, possuem janelas nos formatos circulares de diferentes alturas, voltadas aos ventos predominantes, a fim de permitir

maior entrada de ventilação e iluminação natural, além de uma maior conexão entre interior e exterior.

Ainda no “setor” da casa lar, estar a biblioteca, Ludoteca, sala de oficina e sala criativa, como mencionado antes, que é interligada ao pátio verde e área de jogos.

Em relação ao setor administrativo, logo ao entrar sem depara com a recepção que te direciona ou aos ambientes de direção, serviço e atendimento, ou pra visitar a casa lar.

Vale ressaltar, que o setor administrativo apesar de ligado, pros usuários da casa lar, será com independente, já que foi usado a proposta de vegetação para camuflar esse setor, a ideia da proposta é de fato fazer com que ela se sinta pertencentes ao ambiente, como sua “casa” mesmo que seja temporariamente.

Logo, A casa de acolhimento, terá em seu programa de necessidade cômodos que possam suprir as demandas essenciais da tipificação da instituição, almejando transpor o conforto e assistência que os acolhidos necessitam. O mesmo foi formulado conforme as leis vigentes.

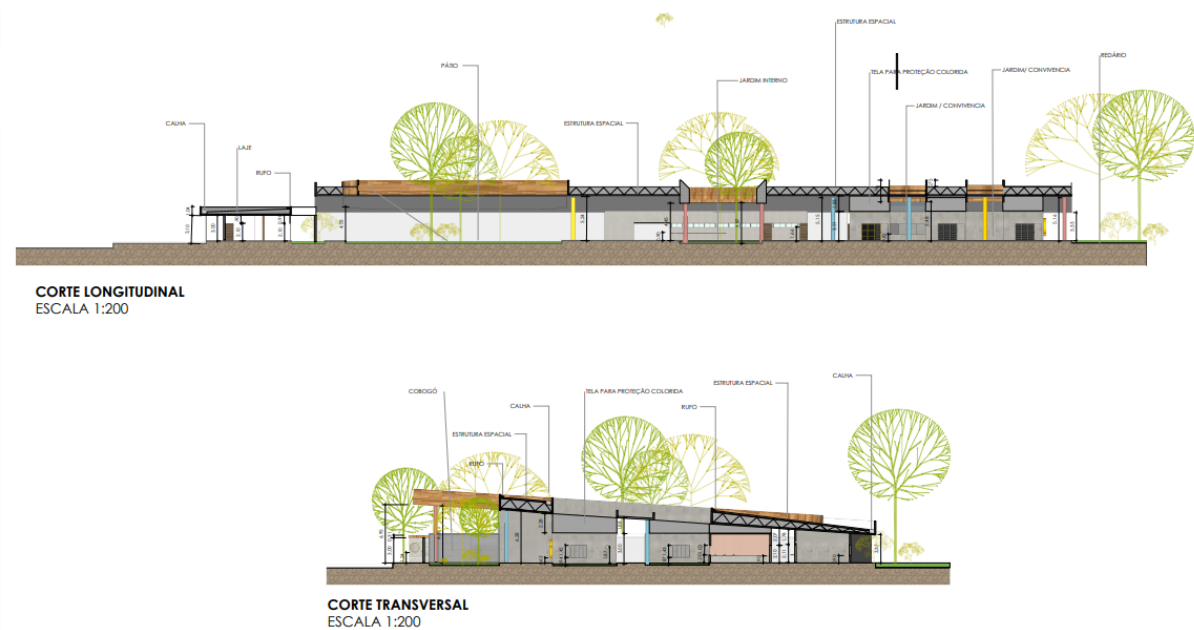
Figura 15: programa de necessidade - Layout



Fonte: feito pela autora.

Quanto à sua permanência é esperado que os acolhidos tenham convívio no seio familiar, seja com a família de origem, extensa ou adotiva, na impossibilidade, o jovem permanecerá no abrigo.

Figura 16: Corte Esquemático



Fonte: feito pela autora.

Um ponto muito forte da concepção do projeto foi o paisagismo, como já se sabe, serve para integrar o homem à natureza, trazendo conforto e bem estar, além de contribuir para melhoras ambientais. Tanto em áreas internas ou externas há esse propósito. O conforto acústico também é um atrativo ao uso de vegetação, como barreira sonoras, usados nas vias públicas e parques para diminuir os níveis sonoros causados pelo entorno, principalmente, o trânsito.

Tais estudos integrados podem ser usados em benefício de um ambiente pautado em conceitos arquitetônicos, que levam em conta as necessidades e demais aspectos do ser humano, visto que o indivíduo usuário é o centro do ambiente, e assim deve ser um dos focos do programa, enquanto necessidades e níveis de satisfação a serem atendidas (MOSER,2005).

Na contextualização da presente proposta de casa de acolhimento para crianças e adolescentes, o uso de “áreas verdes” busca a quebra das problemáticas que o levaram à situação de acolhimento, alguns estudiosos afirmam que há muitos casos do qual o acolhido ao iniciar a convivência na instituição, não possui o discernimento do que está ocorrendo, às vezes, se julga culpado pelo afastamento do convívio familiar. O convívio no abrigo, trás a estes um momento de vulnerabilidade psicológica, pois há vários direcionamentos a seguir daquele momento, no

entanto, entre os princípios do acolhimento está na priorização de demonstrar ao acolhido apoio emocional, atenção e carinho, assim, trazendo referências do convívio familiar, o que é um fator importante no fortalecimento da construção do desenvolvimento psicossocial.

Figura 17: Casa lar – fachada principal



Fonte: feito pela autora.

Figura 18: Casa lar – Perspectivas



Fonte: feito pela autora.

A forte presença do contato dos usuários com as vegetações, a edificação está totalmente voltada pra isso, buscando sempre o bem estar dos mesmos, com mobiliários, elementos vazados, redários e cores alegres. Os elementos vazados, como as telas (figura 18) usadas no fechamento parcial dos ambientes pra cobertura, servem pra proteção e permitem a entrada de iluminação natural de forma filtrada, favorecem também a ventilação e servem como elementos decorativos e divisórias funcionais ao mesmo tempo. Dessa maneira, tais elementos serão explorados como composição de fachada, fechamento de ambientes, paredes inteiras ou, ainda, como divisórias e composição de mobiliário.

Figura 19: Casa lar – Redário



Fonte: feito pela autora.

As janelas com a moldura sacada, tem representatividade tanto pra concepção do projeto quanto por servir de possíveis banquinhos para os mesmos.

Figura 20: Administrativo

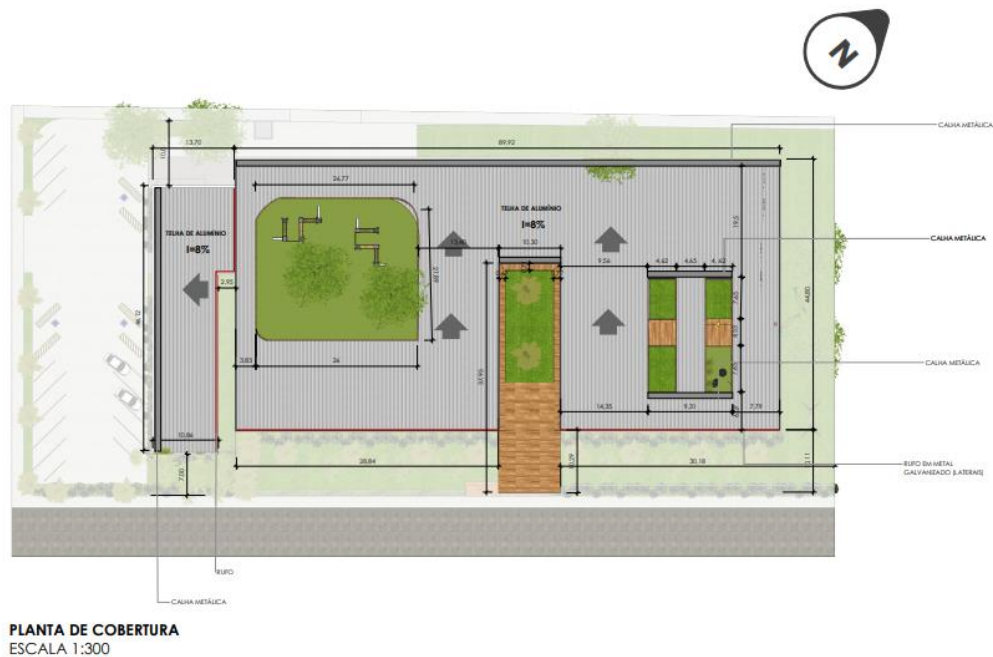


Fonte: feito pela autora.

Na fachada administrativas foram usados brises no estilo de venezianas de alumínio com acabamento amadeirado para compor a arquitetura final da proposta final.

8.1.3 Cobertura

Figura 21: Cobertura



Fonte: feito pela autora

A cobertura é composta por cobertura espacial foi escolhida devido ao modelo da cobertura, com inclinação única, “vazios” entre elas e grandes vãos, a cobertura é e telha de alumínio com inclinação de 5%. Na cobertura também está o reservatório de água, que foi dimensionado levando em consideração 200 litros por pessoa. Como o albergue em questão possui 33 dormitórios, é necessário um reservatório com capacidade para 6.600L que serão arredondados para 7.000L. O acesso ao reservatório se dá por uma escada do tipo “marinheiro - modular”, que pode ser localizada no depósito da edificação de modo a não comprometer o visual da fachada principal e alçapão na laje do reservatório para o acesso ao mesmo. Dessa forma, o reservatório foi posicionado na cobertura alinhado com a fachada posterior para facilitar este acesso.

Figura 22: Redário - jardim



Fonte: feito pela autora

Figura 23: Quarto Crianças



Fonte: feito pela autora

Figura 24: Quarto Adolescentes



Fonte: feito pela autora

Figura 25: Fachada Humanizada



Fonte: feito pela autora

9 CONCLUSÃO

O presente trabalho consistiu na elaboração de um projeto voltado às ao bem estar de um abrigo, diferentemente dos outros existentes na cidade de São Luís que não contaram com projeto específico. Com isso, buscou-se contribuir para a difusão deste tipo de edificação, o qual se baseia na interação entre as pessoas, aliando bem estar e conforto.

Foi proposta uma arquitetura diferenciada que pudesse ser um lugar que não excluísse os que habitam lá da comunidade, através da utilização de um conjunto de elementos vazados na composição da fachada. Além disso, prezou-se pela acessibilidade de forma a alcançar todos os tipos de público.

Em relação aos fatos observados, ainda nos dias atuais crianças e adolescentes vivem em situações de vulnerabilidade social. Essas necessitam de uma visão de prioridade, perante suas condições de vida, do qual dificulta o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, quando se encontram em circunstâncias de abandono.

Com isso, é imprescindível a relevância da influencia dos estimulantes ambientais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Como citado no decorrer, a presente proposta arquitetônica buscou atender aos acolhidos, de maneira que esses fossem parte integrante do ambiente, almejando a sensação de pertencimento, inclusão e desenvolvimento pessoal, fatores esses que contribuem para a convivência no dia a dia nos abrigos.

Apesar das dificuldades encontradas ao longo do trabalho, foi possível alcançar os objetivos propostos inicialmente e conceber um projeto para casa lar que cumpre as funções a que foi destinado.

Por fim, o aprendizado obtido ao longo do curso contribuiu para a concepção de um projeto ainda pouco comum na cidade. Espera-se que este trabalho possa colaborar para a difusão desse tipo de edificação tão comum em outros países. Conclui-se então que lugares para acolhimento, seja de curta ou longa permanência, deva ser um espaço para bem estar, que possam construir laços e sua identidade. Logo, todos os ambientes foram elaborados com o intuito de buscar o bem estar, de modo a atrelar a esses princípios funcionalidade e estética semelhantes às casas, comumente encontradas no entorno do abrigo.

REFERÊNCIAS

- ABARCA, A. B. El Estrés Ambiental. In BURILLO, F. J.; ARAGONÉS, J. I. (org.). **Introducción a La Psicología Ambiental**. Madrid: Editora Alianza, 1991.
- ADRIÃO, M. do C. S. **Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede de proteção social**. 2013. 22f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração Pública de São Paulo, São Paulo, 2013.
- AZÔR, A. M. G. C. V. **Abrigar... desabrigar: conhecendo o papel das famílias no processo de institucionalização/desinstitucionalização de abrigados**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2005.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente Lei 8.069/90**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A 2002. 156 p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária**. Brasília: CONANDA/ CNAS, 2006.
- BRASIL. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, junho de 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL. LEI Nº12.010/2009, DE 3 DE AGOSTO DE 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências.
- DORIAN, M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia Ciência e Profissão**, vol 21, ano 3, 2003. pp. 70-75.
- FISCHER, G.-N. **Psicologia Social do Ambiente**. Trad. Armando Pereira da Silva. Instituto Piaget, Lisboa: Editora SIG – Sociedade Industrial Gráfica Ltda, 1994.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2008). **Relatório da situação mundial da infância 2007**. Caderno Brasil.
- GULASSA, M. L. C. R. (Org.). **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **O Direito à convivência familiar e comunitária. Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia**, vol. 13, n. 2, 2005. pp. 91-103.

MARCÍLIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950**. FREITAS, M. (Ed.), História Social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997. pp. 51-76.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

PANÚNCIO, M. **Infância Vitimizada e Vitimada: As implicações da violência para o desenvolvimento infantil e para a educação**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Uberaba, Uberaba, Minas Gerais, 2004.

PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento Humano**. Trad. Carla Filomena Marques Pinto Verseci [et al.]. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SAVI, A. E. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2008. 180 p. Dissertação (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SILVA, Izabela. **Instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Abrigo institucional para crianças de 0 a 6 anos de idade**. 2017. 27p. Trabalho Final de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Juiz de Fora Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2017.

SILVA, M. H. D. **Crianças e jovens a cargo de instituições: Riscos reversíveis/irreversíveis**.

SILVA, M. H. D.; FONSECA, A. C.; ALCOFORADO, L.; VILAR, M. M.; VIEIRA, C. M. (Eds.), **Crianças e jovens em risco: Da investigação à intervenção**. Coimbra: Almedina, 2004. pp. 83-113.

VECTORE, C.; CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, vol. 12, n. 2, 2008. pp 441-449.

Vicente, C. M. (2006). **Abrigos: desafios e perspectivas**. Acesso: 13 set. 2006. Disponível em: www.cefit.org/trabtemas/abandono1.html.